

CONCURSO PÚBLICO
G1. PROFESSORES DE ARCOVERDE (MANHÃ)



PROF. II DE GEOGRAFIA

100 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. O domínio morfoclimático Amazônico é notável por sua vasta biodiversidade, que abriga uma miríade de espécies vegetais e animais, muitas das quais são endêmicas e ainda não foram totalmente catalogadas. Além disso, suas florestas densas e contínuas funcionam como um importante sumidouro de carbono, desempenhando um papel crucial na regulação do clima global.
02. Embora o efeito da altitude sobre o clima possa ser mitigado por outros fatores geográficos e atmosféricos, como correntes de vento e proximidade de massas de água, sua contribuição para a variação das condições climáticas ainda é significativa, especialmente em áreas de relevo montanhoso.
03. Quando nos referimos à forma do planeta Terra, podemos observar hoje, a partir de imagens de satélite, que ela é parcialmente um globo. No entanto, no início da civilização humana, todos os povos acreditavam que a Terra era plana, pois os recursos para observação e contestação de outras formas eram insuficientes.
04. A dependência contínua dos combustíveis fósseis no setor de transporte contribui para a manutenção de padrões insustentáveis de consumo e produção. Enquanto a demanda por energia cresce, a extração e queima de combustíveis fósseis continuam a gerar impactos ambientais significativos, incluindo a degradação do meio ambiente, a poluição atmosférica e a acidificação dos oceanos.
05. A utilização de biocombustíveis como uma alternativa viável aos combustíveis fósseis no setor de transporte enfrenta desafios significativos relacionados à disponibilidade de terra, competição com a produção de alimentos e impactos ambientais negativos associados à monocultura dos produtos usados para a produção dos biocombustíveis.
06. Todas as rochas sedimentares são formadas exclusivamente a partir da consolidação de sedimentos, sem considerar a possibilidade de precipitação química ou ação biogênica na sua formação.
07. A expansão das redes de transporte público de alta velocidade está exacerbando as disparidades regionais e socioeconômicas ao favorecer o desenvolvimento de áreas urbanas já densamente povoadas em detrimento das regiões rurais e menos desenvolvidas.
08. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/14, em seu artigo 6º, determina a existência de conferências municipais e estaduais para debater os assuntos relacionados à educação, não sendo necessária a realização anual de uma conferência nacional que é facultativa, sendo necessária apenas quando os conselhos estaduais julgarem importante a troca de informações coletivas entre os estados.
09. A política de subsídios oferecida pelos governos federais favoreceu principalmente as regiões nordeste e norte em vias de expansão industrial, com a criação de polos industriais com taxas menores de impostos como por exemplo a zona Franca de Manaus.
10. O Plano Nacional de Educação (PNE) delinea como uma de suas diretrizes primordiais a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, desdobrando-se em uma abordagem multifacetada que busca não apenas a inclusão de diferentes atores na tomada de decisões, mas também a consolidação de espaços participativos e processos deliberativos que levem em conta as especificidades de cada contexto educacional.
11. As rochas ígneas, especialmente aquelas de composição mais ígnea e cristalina, tendem a ser mais resistentes à erosão do que outras rochas, como rochas sedimentares ou metamórficas. Isso muitas vezes resulta na formação de planaltos ou áreas elevadas compostas por rochas ígneas mais duras e menos suscetíveis à erosão.
12. A classificação dos minerais de acordo com o elemento constituinte mais importante não leva em consideração a composição química, as propriedades cristalográficas e físicas dos minerais.

13. No Brasil, a urbanização ocorreu de forma planejada e coordenada, com governos locais e nacionais implementando políticas eficazes para controlar o crescimento urbano e suas consequências.
14. O mapa ideal seria aquele que guardasse a área, a forma e a distância entre os objetos, mas isso é impossível.
15. A altitude de uma região exerce, quando comparada a outros fatores, uma influência mínima sobre o clima local, ou seja, seu impacto é quase insignificante na determinação dos padrões climáticos, sendo as correntes de ar e marítimas mais determinantes para a variação da temperatura por exemplo.
16. As rochas metamórficas são formadas apenas a partir da exposição a altas temperaturas e pressões no interior da Terra, sem considerar a possibilidade de metamorfismo causado por outros processos, como a atividade tectônica.
17. Os cerrados não apenas abrigam uma vegetação densa e exuberante, mas também apresentam uma estrutura florestal complexa, onde árvores de porte imponente se erguem majestosamente, formando uma copa densa que se estende por vastas áreas. A floresta cerradense, muitas vezes comparada em riqueza e biodiversidade à Amazônia, é o resultado de milênios de adaptação ecológica única, em que uma miríade de espécies arbóreas coexiste harmoniosamente, criando um dos ecossistemas mais ricos e menos explorados do mundo.
18. Sobre os conceitos de fuso horário e organização das horas, podemos afirmar que a hora legal é sempre determinada pela diferença de longitude entre os dois lugares considerados.
19. A Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) estipula que as instituições de ensino devem adotar medidas individualizadas e coletivas para maximizar o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, promovendo seu acesso, permanência, participação e aprendizagem em igualdade de condições com os demais alunos.
20. Os mapas frequentemente precisam representar detalhes complexos da superfície terrestre em uma escala reduzida. Como é impossível incluir todos os detalhes exatos em uma representação cartográfica, os cartógrafos recorrem ao uso de símbolos cartográficos para transmitir informações de forma eficiente e compreensível. Esses símbolos representam características físicas, culturais e geográficas de maneira simplificada, permitindo que os usuários interpretem e compreendam as informações apresentadas no mapa.
21. A escolha da projeção cartográfica para um determinado mapa não se limita apenas à área geográfica de interesse, mas também considera o contexto geopolítico e socioeconômico da região. Além disso, a projeção ideal para um mapa específico pode variar de acordo com o objetivo do mapeamento, as características do terreno e até mesmo as relações diplomáticas entre países vizinhos. Por exemplo, em áreas de disputa territorial ou fronteiras contestadas, a escolha da projeção pode ter implicações significativas na percepção das delimitações geográficas e na resolução de conflitos.
22. Na gênese da formação dos diferentes tipos de relevo, a formação das montanhas se deve ao movimento das placas tectônicas, uma vez que o elevamento da superfície terrestre é caracterizada por esses deslocamentos das placas, que culminam nessas formações rochosas que chamamos de montanhas.
23. A implementação de pedágios urbanos como medida para reduzir a congestão e promover a mobilidade sustentável tem sido amplamente criticada por seu impacto desproporcional sobre os segmentos mais vulneráveis da população.
24. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14) não prevê a elaboração de planos de educação pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma vez que esses planos são estabelecidos por um documento comum, como os PCN's, isso de acordo com o disposto no artigo 8º da Lei nº 13.005/14.
25. A formação dos minerais magmáticos é exclusivamente controlada pela concentração dos elementos e pela solubilidade dos constituintes na solução magmática.
26. Solos de terraços fluviais, formados pela deposição de sedimentos transportados por rios durante inundações, tendem a ter uma textura mais fina e uma maior fertilidade devido à deposição gradual de sedimentos orgânicos e minerais.
27. A floresta Amazônica, embora amplamente conhecida por sua riqueza em biodiversidade e sua importância na regulação do clima global, é frequentemente mal compreendida em relação à sua capacidade de se recuperar de distúrbios naturais ou humanos, uma vez que esse bioma é amplamente recuperável e tem capacidade de distinção para autorestauração.
28. O ciclo das rochas descreve as interações entre os sistemas tectônicos de placas e o clima da Terra, resultando nos processos geológicos que formam os três tipos principais de rochas: ígneas, sedimentares e metamórficas. Esse ciclo é contínuo e pode começar em qualquer ponto, desde a formação de rochas ígneas até a sua exposição aos processos de intemperismo e erosão, seguidos pela formação de sedimentos e, eventualmente, pela sua transformação em rochas sedimentares ou metamórficas.
29. Com relação à absorção e retenção de água em seu interior, entendemos que os solos arenosos têm uma capacidade de retenção de água maior do que solos argilosos, devido à sua maior porosidade. Isso permite que a água permeie com mais facilidade pelo solo e fique armazenado por mais tempo.
30. A escala numérica é a forma mais precisa de representação da escala em um mapa, pois fornece uma relação direta entre as distâncias no mapa e as distâncias reais na superfície terrestre. Ao expressar a relação entre as distâncias lineares representadas no mapa e as distâncias reais no terreno na forma de uma fração (por exemplo, 1:100.000), a escala numérica permite uma leitura clara e direta das distâncias.

31. A complexidade dos problemas urbanos decorrentes da urbanização desordenada destaca uma série de questões interligadas, como a carência de moradia adequada, o tráfego de drogas, a degradação ambiental e a fragmentação do tecido sócio-espacial. Essa abordagem multifacetada dos problemas urbanos reflete a natureza intrincada das transformações urbanas no Brasil, nas quais questões sociais, econômicas, políticas e ambientais se entrelaçam de maneira complexa.
32. A Venezuela já é membro pleno do MERCOSUL, tendo completado o processo de adesão e ratificado o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela.
33. A Lei Brasileira de Inclusão não estabelece medidas específicas para os processos seletivos de ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior e de Educação Profissional e Tecnológica de pessoas com alguma necessidade educacional especializada, ficando a critério de cada instituição, preparar e adaptar seus processos seletivos a fim de garantir equidade de oportunidades.
34. Assim como acontece com os planaltos, os relevos de planícies geralmente apresentam uma ampla variação altimétrica e são caracterizados por relevos acidentados e íngremes.
35. Nos cerrados, um dos principais tipos de solo é o Latossolo, caracterizado por sua profunda lixiviação, acidez e baixa fertilidade química. Essas características tornam os solos desafiadores para a agricultura, exigindo práticas de manejo cuidadosas para garantir a produtividade das culturas. Além disso, os cerrados são marcados por uma estacionalidade distintiva, com uma estação seca prolongada e uma estação chuvosa caracterizada por tempestades intensas e frequentes.
36. O estudo das rochas interessa tanto a geólogos quanto a geógrafos, mas cada profissional aborda-as de maneira diferente. Enquanto os geólogos se concentram na composição química, sistema de cristalização, textura e estrutura das rochas; os geógrafos analisam principalmente como elas reagem aos diferentes tipos de intemperismo e erosão.
37. O aumento dos investimentos industriais no Brasil, particularmente concentrados em regiões como São Paulo, evidencia uma dinâmica econômica desigual que amplia as disparidades regionais. A falta de reciprocidade entre as regiões, exemplificada pela drenagem de recursos materiais e humanos das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, ilustra como a política de investimentos pode perpetuar e até mesmo agravar as disparidades regionais em vez de mitigá-las.
38. A distribuição altimétrica em uma região desempenha um papel determinante na modulação dos padrões climáticos locais, influenciando diretamente a variação das temperaturas e a formação de fenômenos atmosféricos específicos.
39. Podemos compreender que um dos processos mais observados em regiões muito úmidas relacionadas ao solo é o processo de salinização. Nesses casos, a salinização do solo ocorre quando há acúmulo excessivo de água no solo, resultando na precipitação de sais minerais.
40. A urbanização no Brasil foi predominantemente influenciada pelo processo de industrialização, sem considerar outros fatores como políticas de imigração e melhorias na infraestrutura urbana.
41. Os relevos montanhosos são frequentemente esculpidos por processos erosivos, como o movimento de geleiras, ação de rios e intemperismo, ao longo de períodos geológicos extensos. Esses processos desgastam o terreno, criando picos, vales profundos e outras características típicas das montanhas.
42. Como pode ser observado ao longo da história, algumas regiões foram negligenciadas pelos governos federais. Uma prova disso é que os investimentos em empreendimentos industriais no Nordeste foram realizados sem o apoio do governo.
43. Em Londres, capital da Inglaterra, situada a 0° de longitude é meio-dia (12 horas). Em São Paulo, que está a 45 graus de longitude ocidental, são 3 horas da tarde.
44. Às 9 horas, um indivíduo telefona da cidade A, para um amigo que reside na cidade B, onde o relógio marca 5 horas, no momento em que a ligação é atendida. Podemos concluir assim que é possível que A e B sejam cidades de um mesmo país.
45. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece como uma de suas metas prioritárias a valorização dos profissionais da educação, contemplando não apenas aspectos remunerativos, mas também investimentos em formação continuada, condições adequadas de trabalho e reconhecimento social, visando à construção de uma carreira docente mais atrativa e valorizada.
46. Para a representação cartográfica da superfície terrestre, não são necessários levantamentos de dados disponíveis a partir do emprego de diversas ciências e técnicas, uma vez que hoje, com as tecnologias de satélite e visualizações infravermelhas disponíveis, já há informações suficientes para o levantamento de relevo, formas e outras características essenciais para elaboração de mapas.
47. A expansão do uso de veículos elétricos como uma alternativa sustentável para o transporte urbano está transformando a dinâmica socioespacial das cidades. Ao adotar veículos elétricos em larga escala, as cidades podem reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e a poluição do ar, melhorando assim a qualidade de vida dos habitantes urbanos.
48. As transformações técnicas de produção, decorrentes da Revolução Industrial, não apenas estimularam, mas também foram fundamentais para a intensificação do processo de urbanização. Essas transformações não se limitaram apenas à introdução de novas máquinas e métodos de produção, mas também influenciaram diretamente a organização do espaço urbano, a distribuição da mão-de-obra e o surgimento de novas áreas industriais.
49. Conforme estabelecido no Tratado de Assunção, o objetivo principal do MERCOSUL é a formação de um Mercado Comum entre os países membros. Isso implica na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, bem como na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais para garantir condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes.

50. Os minerais, além de serem essenciais para a compreensão da história da Terra e sua evolução geológica, desempenham um papel crucial na economia, uma vez que muitos deles possuem valor econômico e são extraídos para diversos fins industriais. No entanto, a exploração mineral requer um estudo especializado de impacto ambiental para avaliar se os benefícios da extração superam os possíveis danos ambientais.
51. O processo de podzolização é característico de solos tropicais, onde a alta temperatura e umidade favorecem a lixiviação de nutrientes, assim em regiões mais quentes podemos perceber esse processo ocorrendo com mais clareza.
52. A formação de solos vertissolos é caracterizada por uma alta taxa de expansão e contração durante mudanças sazonais de umidade devido à presença de minerais expansíveis, como as argilas em proporção 2:1.
53. O sistema nacional de educação criado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) determina quais os conjuntos de conteúdos básicos devem ser ensinados ao longo de toda Educação Básica para todos os níveis e modalidades de ensino.
54. O relevo terrestre é resultado de uma combinação de processos geológicos, como movimentos tectônicos, vulcanismo e dobramentos, juntamente com processos superficiais, como erosão, intemperismo químico e físico. Essa interação complexa molda a paisagem ao longo de vastas escalas de tempo geológico.
55. A Lei Brasileira de Inclusão demanda que o poder público promova a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, visando garantir uma abordagem abrangente e coordenada em diferentes áreas de atuação.
56. O Plano Nacional de Educação (PNE) adota como estratégia crucial a definição de metas para a aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), alinhando-se a uma visão macroeconômica que reconhece a educação como um investimento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país, além de assegurar a sustentabilidade financeira das políticas educacionais.
57. A expansão industrial em São Paulo durante o século XX desencadeou um processo de desenvolvimento econômico que reverberou por todo o Brasil, estabelecendo uma dinâmica de interdependência entre as regiões do país. Contrariamente à visão convencional, a influência da industrialização paulista não se limitou apenas ao seu entorno imediato, mas teve um impacto significativo em outras partes do país, especialmente no Nordeste.
58. O desenvolvimento industrial não foi apenas um fator de impulso para o crescimento populacional nas cidades, mas também desempenhou um papel crucial na configuração das relações de trabalho e na formação de uma estratificação social nas áreas urbanas.
59. Um avião sai do Rio de Janeiro - 45°W, às 14 horas, com destino a Fernando de Noronha - 30°W. O Voo é de 3 horas. Podemos inferir assim que o avião chegará na ilha às 16h, hora local.
60. A classificação dos minerais em grupos baseia-se não apenas na composição química, mas também na organização estrutural, conforme proposto por Strunz em 1935. Essa abordagem permite uma melhor compreensão das propriedades físicas e químicas dos minerais, bem como de sua gênese e ocorrência na natureza. Essa classificação ampla em 12 grandes grupos reflete a diversidade mineralógica e sua complexa relação com os processos geológicos.
61. Os solos podzólicos têm sua formação fortemente influenciada pela interação entre ácidos orgânicos liberados pela decomposição da serapilheira e a lixiviação de bases minerais, resultando em uma camada superficial ácida e uma subsuperfície alcalina.
62. A Lei Brasileira de Inclusão estabelece diretrizes federais específicas para a disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras (Língua Brasileira de Sinais) em diferentes níveis de ensino, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior, cabendo a cada secretaria municipal ou estadual a disponibilização desses profissionais sempre que comprovada a sua real necessidade.
63. A integração de tecnologias de energia renovável nos sistemas de transporte público pode promover a resiliência energética e reduzir a dependência de fontes não renováveis. Um exemplo disso é a adoção de ônibus elétricos, trens movidos a energia solar e infraestrutura de recarga alimentada por fontes renováveis, que pode não apenas diminuir as emissões de gases de efeito estufa, mas também diversificar as fontes de energia utilizadas nos sistemas de transporte, aumentando assim a segurança energética e reduzindo os impactos ambientais associados à produção de energia.
64. A escala gráfica é a única forma de representação da escala em um mapa, pois oferece a leitura mais precisa das distâncias entre os pontos geográficos. As escalas numérica e nominal são menos utilizadas devido à sua falta de precisão e clareza na interpretação das distâncias.
65. A Terra, como um corpo celeste em rotação, é melhor descrita como um oblato esferóide, no qual o achatamento nos polos é resultado da força centrífuga decorrente da rotação, combinada com a distribuição não uniforme de massa no interior do planeta.
66. Da morfologia litorânea, podemos destacar a Enseada, que é a saída de um rio, canal ou lagoa para o mar aberto, onde ocorre intensa sedimentação e formação de bancos de areia ou outros detritos.
67. A baixa produtividade e a falta de modernização no setor agrícola em regiões como o Nordeste não apenas limitam o crescimento econômico local, mas também mantêm as disparidades regionais. A ausência de investimentos em tecnologia agrícola, educação e saúde nas áreas rurais impede a melhoria das condições de vida e a criação de um mercado interno estável para produtos manufaturados, perpetuando assim as desigualdades econômicas entre regiões.
68. Quando observamos as ilhas que formam diversos arquipélagos, podemos perceber que as ilhas oceânicas, devido à sua proximidade com o oceano, apresentam um clima extremamente árido, caracterizado por baixas precipitações e altas temperaturas.

69. Embora a agricultura ainda represente uma parcela significativa da população ativa no Brasil, as disparidades regionais na produtividade agrícola contribuem para uma distribuição desigual da renda e do desenvolvimento econômico. Regiões como o Nordeste, onde a agricultura ainda desempenha um papel dominante na economia, enfrentam desafios adicionais de baixa produtividade e falta de modernização, exacerbando as diferenças de renda entre regiões.
70. O processo de industrialização no Brasil, iniciado no final do século XIX, não teve impacto significativo na migração para as cidades, pois a maioria da população permaneceu nas áreas rurais, devido à falta de oportunidades de emprego.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apesar das mudanças introduzidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os PCNs não perdem sua validade, permanecendo como documentos orientadores.
72. Em relação a Lei Federal no 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. De acordo com o artigo 3º da referida Lei, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre os quais está a unicidade de ideias e de concepção pedagógica.
73. A concepção de criança da BNCC, como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...], impõe a necessidade de imprimir moral educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola.
74. A LDBEN (Lei nº 9.394/96) sofreu uma atualização em 2003, quando foi introduzido pela Lei nº 10.639, o artigo 26A, o qual estabelece: "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira". Nos dois parágrafos desse artigo, são definidos quais conteúdos serão incluídos e em qual âmbito do currículo serão desenvolvidos. A Lei nº 11.645, de 2008, altera o artigo 26A da LDBEN, para incluir, no currículo oficial da Educação Básica, a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", estabelecendo conteúdos a serem incluídos e que estes deverão ser ministrados no âmbito da parte diversificada do currículo, de acordo com as características étnico-culturais dos alunos.
75. A inclusão da educação digital, conforme prevista na Lei 14.533 de 2023, que alterou artigos da LDB, vai além de simplesmente garantir a conectividade das instituições públicas à internet em alta velocidade. Ela também exige o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas, preparando os estudantes para um mundo cada vez mais digitalizado.
76. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Ministério da Educação em dezembro, de 2017, define os conhecimentos e as competências que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua escolaridade. Ela é orientada por princípios éticos, políticos e estéticos.
77. Sabemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que determina os conhecimentos e habilidades essenciais, garantindo o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. A BNCC tem como um de seus marcos legais o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito fundamental de todos e um dever compartilhado entre o Estado, a sociedade e a família.
78. Em resumo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) identifica um desafio histórico ligado ao ensino da Educação Física no Brasil: a dificuldade em definir uma progressão no ensino dos temas que compõem o conjunto de conhecimentos dessa disciplina nas escolas. A BNCC propõe uma abordagem para lidar com essa questão ao longo da jornada escolar.
79. Segundo o artigo 31 da Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a avaliação na Educação Infantil enfoca o desenvolvimento das competências emocionais da criança e as suas capacidades de interação entre os indivíduos em sociedade.
80. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 estabelece que as crianças têm direito a seis áreas fundamentais para seu aprendizado e desenvolvimento: Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se; Viver e Amar.
81. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), em seu art.1º, a educação escolar deverá vincular-se aos processos culturais e às atividades individuais.
82. O componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular dialoga com documentos e orientações curriculares das últimas décadas, buscando atualizá-los com base em pesquisas recentes na área e nas mudanças nas práticas de linguagem deste século, influenciadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais. A BNCC adota a perspectiva de linguagem como estruturalista.
83. A gestão democrática do ensino público, conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), requer não apenas a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, mas também a criação de Fóruns dos Conselhos Escolares, garantindo uma representatividade abrangente que inclui não só os membros da comunidade escolar, mas também da comunidade local.

84. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, reconhecendo a importância de uma formação que dialogue com as demandas do mercado e com as realidades sociais, preparando os estudantes não apenas para o exercício da cidadania, mas também para o mundo do trabalho.
85. A presença nos dias letivos garante o acompanhamento do ensino com mais facilidade pelos alunos e evita frustrações causadas por atrasos com relação aos demais colegas. Todas as escolas devem zelar pela frequência de seus estudantes, controlando-a. Tal fato é tão importante que os artigos 24-VI e 31-V da LDB, Lei nº 9.394/96, exigem uma frequência mínima do total de horas de 75% no Ensino Fundamental e na pré-escola.
86. Segundo a Lei nº 9.394/96, no art. 34, a jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos cinco horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
87. O direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, assegurado pela Lei 13.632 de 2018 (adendo a LDB 9394/96), destaca a importância da educação continuada em todas as etapas da vida, não se limitando apenas à educação formal, mas também englobando oportunidades de aprendizagem ao longo de toda a trajetória pessoal e profissional do indivíduo.
88. A BNCC estipula uma parte diversificada dos currículos com base em temas transversais. Esses temas estão relacionados às seguintes áreas: saúde pública, reciclagem, educação para o trânsito, idiomas estrangeiros.
89. Conforme o artigo 26 da Lei no 9.394/96, LDB em vigor, os currículos da Educação Infantil devem contemplar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação desde dezembro de 2017. Sobre esse tema, é correto afirmar que a BNCC é um documento de caráter normativo, uma vez que define o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos.
90. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais para todos os alunos na Educação Básica. Para a Matemática, a BNCC propõe cinco unidades temáticas interligadas, com destaque para a unidade temática "Números", que visa a desenvolver o pensamento numérico, incluindo a quantificação de atributos de objetos e a interpretação de argumentos baseados em quantidades.
91. A oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme estabelecido na LDB, visa a atender às necessidades daqueles que não têm disponibilidade durante o dia para frequentar a escola, garantindo assim o acesso à educação de forma inclusiva e flexível.
92. A inclusão da alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos, conforme previsto na Lei 14.407 de 2022 (que alterou a LDB 9394/96), reforça a importância da formação de habilidades fundamentais desde os primeiros anos de escolaridade, visando garantir uma base sólida para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.
93. A Lei 14.333 de 2022 (adendo a LDB - 9394/96) estabelece padrões mínimos de qualidade do ensino, que incluem a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante. Essa medida visa a assegurar não apenas a qualidade do ensino, mas também a equidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos recursos necessários para seu desenvolvimento educacional.
94. O que diferencia a concepção de criança presente na Base Nacional Comum Curricular (2018) dos outros documentos anteriores como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) é que, na concepção presente na BNCC, a criança, sujeito de direitos, deve, exclusivamente, se alimentar e brincar livremente.
95. A Lei Federal nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Conforme o artigo 11º dessa Lei, oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental é uma incumbência da União e dos Estados.
96. De acordo com a BNCC, as fontes históricas têm sua própria narrativa automática, resultando no ensino de História derivado de ações acidentais e autoexplicativas, independentemente da interpretação e intenção dos professores de História.
97. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental está organizado em 6 áreas de conhecimentos com objetivos e metodologias próprias.
98. A base nacional comum curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, da Educação Infantil ao Ensino Superior, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação.
99. A universalização do Ensino Médio gratuito, determinada pela Lei 12.061 de 2009 (que alterou a LDB 9394/96), representa um avanço significativo na garantia do acesso à educação em níveis mais elevados, contribuindo para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade educacional em todo o país.

100. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem das crianças, fornecendo orientações às instituições educacionais na formulação do currículo. Nesse contexto, o primeiro passo para a elaboração do currículo da Educação Infantil, que deve assegurar, em sua proposta pedagógica, é o respeito às crianças e a promoção de seu desenvolvimento, conforme a Resolução CNE/CBE nº 05/09.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO